

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 18/11/2004

ANO II - Nº. 074

TAXA DE JUROS

A semana se encerra com o COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central) aumentando a Taxa Básica de Juros (SELIC) em mais 0,5 ponto percentual. A taxa anual chega, com isso, a 17,25%. Há quatro meses a expectativa era de que ela chegasse a 17% ao final de 2004. Foi uma decisão unânime e a unanimidade, como dizia Nelson Rodrigues, não é muito inteligente. O ideal é sempre ter alguém por perto para dizer não.

A expectativa é de que a Taxa volte a subir em dezembro, mas só 0,25%, fechando o ano em 17,5%. A decisão do COPOM é tomada de olho na meta de inflação em 2005, fixada em 5,1%. Para isso, eles começam a travar a economia desde agora, sinal de que não estão seguros da recuperação econômica, nem na capacidade dela inibir a trajetória de juros altos. O juro real, com isso, subiu para mais de 10%.

Um grande jornal estampou uma legenda que é a metáfora do comportamento do COPOM: “Questionado pelo setor produtivo, o aumento do juro ganha aplausos no mercado financeiro”. É sempre assim...

ALÉM DA DESCORTESIA

Os três minutos de aplauso ao Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, na solenidade de posse do presidente da FIESP, Paulo Skaf, na presença do Presidente Lula, foi além da descortesia ao principal convidado. O segundo no ranking do *palmômetro* foi o Senador Eduardo Suplicy. O apreço ao governador paulista revela a escolha do empresariado para o embate de 2006. É uma escolha que em nada difere da de 2002, quando o empresariado em massa votou em José Serra.

O empresariado convive bem com Lula. Primeiro, porque a história mostra que a classe empresarial, via de regra, convive bem com qualquer Presidente da República, até com Collor e seus antecessores. Segundo, porque o governo Lula em termos econômicos desenvolve uma política responsável, mantém a inflação sob controle, não rompeu contratos unilateralmente e tem sido eficiente no comércio exterior. A rigor, a classe empresarial tem duas grandes reclamações em termos econômicos: a) a carga tributária continua elevada e crescente; mas esta é uma queixa que vem desde o governo FHC, que iniciou seu governo com carga de 26% do PIB e o entregou em 36%. b) a taxa de juros; mas este também foi um dos calos do governo FHC, que teve como pico uma SELIC de 42%, quando Armínio Fraga assumiu o Banco Central no início da crise cambial.

A escolha de Alckmin é mais que prevista, mas ela tem pouco a ver com a “ameaça” de vitória de Lula em 2006. Alguns segmentos empresariais nunca lucraram tanto, em especial as instituições financeiras e as empresas com forte presença no comércio exterior. Mas isso não significa votos, pois permanece um ranço preconceituoso contra a pessoa de Luiz Ignácio Lula da Silva, um operário que se atreveu a ser Presidente da República. Nessa ótica, é melhor o risco de um novo e desconhecido governo, porque mais polido.

O risco de Lula não está nos votos do empresariado, pois nunca os teve. O risco está na classe média, nos funcionários públicos e nos aposentados. Lula bancou uma pequena reforma na previdência social que produziu mais efeitos positivos no caixa dos estados que na união, inclusive em São Paulo. Mas desagradou profundamente um enorme contingente que o ajudou a se eleger. O que ganhou com a reforma – pouco mais de R\$ 1 bilhão/ano – poderia ser obtido de outra forma. Por exemplo: a arrecadação da COFINS importação chegou ao final de setembro a mais de R\$ 8 bilhões; a projeção inicial era de R\$ 4,4 bilhões até o fim do ano.

Hoje, após as eleições municipais, Lula certamente não bancaria a reforma previdenciária, e já anunciou – por intermédio do Ministro Berzoini – que não fará a reforma trabalhista. É uma guinada digamos conservadora, na linha da prudência política, primeiro efeito perverso do resultado da eleição municipal. Outras guinadas certamente virão, ao lado de concessões e manutenção de alguns privilégios. Tudo condicionado pelo calendário eleitoral de 2006.

PT E PSDB SEMELHANÇAS

A revista VEJA publicou, em uma de suas últimas edições, opiniões de especialistas sobre as semelhanças e as diferenças entre PT e PSDB. A principal conclusão é que os partidos divergem sobre o papel do Estado. Unidos na economia e separados no resto, é o título da matéria.

O cerne da divergência estaria em que o PT acredita em um poder público com força e recursos para induzir o desenvolvimento econômico e reduzir injustiças sociais. Enquanto o PSDB acredita que o Estado deve apenas regular e estimular o desenvolvimento do país. Reduzindo os dois conceitos ao campo econômico, significaria dizer que o PT estaria mais para Keynes e o PSDB para Adam Smith.

As semelhantes estariam localizadas nos seguintes pontos:

- Carga Tributária: ambos usam a retórica da redução da carga tributária, mas a aumentam.
- Responsabilidade Fiscal: a Lei de Responsabilidade Fiscal talvez tenha sido o melhor legado do governo PSDB em matéria de gastos públicos; o PT a vem prestigiando, mas tem sofrido pressão dos prefeitos para muda-la, e a pressão vai aumentar. Até Serra, um dos pais da LRF, pensa em pedir alteração, segundo a mídia.
- Independência do Banco Central: O PSDB estabeleceu a autonomia de fato para definir taxa de juros, mas não conseguiu a independência formal da autoridade monetária. O PT tem mantido a independência do BC na questão dos juros, apesar de pressões de correntes internas do partido e do governo.
- FMI: ambos encaram o FMI como um mal necessário.
- Reforma do Judiciário: os dois partidos defendem o controle externo misto, com membros do próprio judiciário e representantes de outras áreas.
- Saúde: o PSDB criou a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), mas não conseguiu resolver conflitos entre planos e consumidores. O PT, da mesma forma, entende que a ANS deve regular o setor par evitar preços abusivos e não permitir discriminação dos usuários.
- Burocracia: os dois partidos não dão a devida importância ao tema, enquanto a burocracia cresce assustadoramente, inibindo investimentos a criação de novas empresas e estimulando a informalidade.

Faltou um item na matéria, a corrupção. Ambos convivem com alto grau de corrupção, embora a reneguem. Mas parece faltar alguma ação mais efetiva para combate-la. Ações policiais ganham destaque na mídia e revela que muitas delas começaram no governo PSDB e foram mantidas e ampliadas no governo PT. Mas o corporativismo (vide CPI do Banestado), a existência de uma legislação flexível que atua a favor da impunidade, e uma certa e lamentável cultura atuam em sentido contrário.

PT E PSDB A LISTA DOS PENSAMENTOS DIFERENTES

Ainda segundo a matéria de VEJA:

- Política externa: O PT adotou uma postura ativa. Interveio na crise da Venezuela e mandou tropas para o Haiti. Deu ênfase comercial ao hemisfério sul. O PSDB foi cauteloso. Priorizou relações com países desenvolvidos e Mercosul (no campo comercial).
- MST: O PT mostra dificuldade em impor autoridade em razão de sua histórica ligação com o movimento. O PSDB adotou posturas diferentes. Foi da leniência à medida que proibiu a desapropriação de terras que haviam sido invadidas. Priorizou a distribuição de terras sem se

preocupar com a infra-estrutura dos assentamentos e sua integração com a agroindústria, ao contrário do PT.

- Imprensa. VEJA conclui que o PSDB criticou muito a imprensa, mas o clima de liberdade não foi abalado por propostas ou ameaças do governo. O PT errou em dois pontos: encampou (e voltou atrás) a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo; e expulsou (também voltou atrás o jornalista americano). Mas mantém a liberdade de imprensa, defendida publicamente pelo presidente.
- Embrapa e transgênicos: O PT prioriza a agricultura familiar. O PSDB atuou equilibradamente entre o agronegócio e os pequenos agricultores. O PT autorizou o plantio dos transgênicos, mesmo contra a vontade do Ministério do Meio Ambiente. O PSDB ainda não se definiu se é a favor ou contra.
- Maioridade penal: O PT defende que ela deve ser mantida em 18 anos. O PSDB defende formas intermediárias para tratar criminosos entre 14 e 18 anos.
- Agências reguladoras: O PSDB criou as agências reguladoras como forma de fiscalizar e dar garantia de longo prazo aos investidores nos setores privatizados, com liberdade operacional. O PT discorda da liberdade operacional e tenta submetê-las à ação política dos ministérios.
- Televisão digital: O PT defende que o Brasil deve criar um sistema de tecnologia digital com características inventadas no Brasil misturadas às inventadas fora do país. O PSDB já debateu o assunto, mas nunca chegou a uma posição.
- Políticas Sociais: Lançou o Fome Zero com alarde, mas percebeu que há outros projetos com visibilidade. Ampliou projetos que o PSDB aplicava. O Bolso-Família, criado pelo PT, centralizou o cadastro e unificou projetos existentes, mas o governo gerencial mal o gastou. O PSDB deixou boas ações. Condição de auxílios à presença na escola, mas também não gerenciou bem. Ao final, ampliou o programa de gasto social federal.
- Reforma Trabalhista: O PT defende uma reforma limitada na CLT. O PSDB defende a modernização da CLT para retirada da exagerada ingerência estatal, mas pouco fez em seu governo. Defende como boa idéia a desvinculação do INSS da folha de pagamento. (Depois das eleições o PT anunciou que não há condições de avançar na reforma trabalhista).
- Projeto de País: O PT não descarta a importância de projetos nacionais. Acredita que é possível moldar a sociedade a partir da visão de futuro do partido, apesar de reconhecer que o mundo mudou muito deste Getúlio Vargas. O PSDB não tem um projeto de país na linha adotada por Getúlio Vargas nem plano de metas. O PSDB tem apenas um programa com suas principais diretrizes.

Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Liberty Mall, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: rn.marini@terra.com.br / rn@brturbo.com / carnltda@terra.com.br